



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA, REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2022

----- Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, no edifício da sede da Junta de Freguesia, na Rua Conde Ferreira, nº 1, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - INÍCIO DOS TRABALHOS -----

----- 2 - EXPEDIENTE -----

----- 3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO -----

----- 4 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- 4.1. – *Interpelação à Junta de Freguesia sobre a atividade da respetiva administração.* -----

----- 5 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- 5.1. – *Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade exercida, bem como da situação financeira da mesma.* -----

----- 5.2. – *Apreciação e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia.* -----

----- 5.3. – *Analise e deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Quadro de Pessoal para 2023.* -----

----- 5.4. – *Análise e deliberação sobre a alteração da tabela geral de taxas da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro.* -----

Os trabalhos foram presididos pela Presidente da Mesa da Assembleia, **JUDITE MARLENE MEDEIROS BARTOLOMEU** e secretariada por **CARLA MILENA VICENTE DOS SANTOS**, pois **MARCO PAULO GOMES LOPES** se encontrava ausente. -----

----- PONTO 1. – INÍCIO DOS TRABALHOS: -----

Eram vinte horas e cinco minutos quando foi declarada aberta a sessão Ordinária do dia vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e dois, da Assembleia de Freguesia de Oliveira do Bairro, pela Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – **JUDITE MARLENE MEDEIROS BARTOLOMEU** que iniciou a sessão dirigindo respeitosos cumprimentos ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Executivo da Junta de Freguesia, colaboradora da Junta de Freguesia, Membros da Assembleia de Freguesia e público presente. Igualmente



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

cumprimentou o Senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal e os senhores Deputados da Assembleia Municipal Dizendo que tinha muito gosto em os ter ali presentes para assistir à Assembleia. Isso não acontecia muitas as vezes pelo que reiterava as boas-vindas. A todos e a todas dava as boas noites. Começou por referir que tinha sido comunicado à mesa que os membros Marco Paulo Gomes Lopes e Rui Alexandre Lopes Martins, não estariam presentes na Assembleia Ordinária por impedimento de carácter pessoal. Assim, deu-se início à Ordem de Trabalhos com o - **Ponto 1. Início dos Trabalhos**, passando a palavra à 1^a Secretária Carla Milena Vicente dos Santos, para proceder a verificação das presenças.

A 1^a Secretária, **Carla Milena Vicente dos Santos**, tomou a palavra para proceder à conferência das presenças.

1.º SECRETÁRIA MILENA CARLA VICENTE DOS SANTOS: -----

Judite Marlene Medeiros Bartolomeu – presente.

Marco Paulo Gomes Lopes – ausente e como referido foi substituído por Jorge Adriano Fonseca dos Anjos.

Carla Milena Vicente dos Santos – presente.

Cristina Maria Ferreira da Silva – presente.

Lucénio Rodrigues de Almeida – presente.

Rui Alexandre Lopes Martins – ausente, sendo substituído por Mónica Sofia Silvério de Jesus.

Natércia Maria Almeida Santos Santiago – presente.

Francisco José Rodrigues Arrulo – presente.

Gracinda Silva Ferreira – presente.

Rui Jorge Fernandes de Morais – presente.

Virgílio de Jesus Nunes Cardoso – presente.

Natércia Maria Alves Pires de Bastos – presente.

António Alexandre Bandeira de Almeida – **ausente**.

A Presidente agradeceu à 1^a Secretária e convidou o Membro Jorge Adriano Fonseca dos Anjos para compor a mesa. Mais uma vez agradeceu e deu por concluído o Ponto 1, passando ao Ponto seguinte.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

PONTO 2 – Expediente: JUDITE MARLENE MEDEIROS BARTOLOMEU -----

Referiu que haviam sido recebidos diversos convites de associações à Mesa da Assembleia de Freguesia. De seguida referiu também que queria passar a um assunto mais pertinente relacionado com o facto de se ter detetado a participação na votação das Atas dos dias 28/12/2021, 30/03/2022, 28/04/2022 e 29/06/2022, na Sessão Ordinária do dia 28/09/2022, de membros da Assembleia de Freguesia que não poderiam votar em virtude de não estarem presentes nas respetivas Sessões da Assembleia de Freguesia. Assim, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia propôs a anulação daquela deliberação e passar-se, de imediato, à votação das atas. Para tal, questionou quem é que votava contra a anulação da deliberação, quem se abstinha e quem votava a favor. A proposta foi aprovada por unanimidade. Portanto, passou-se a proceder à votação da seguinte forma: na Ata da Sessão Ordinária de 28 de dezembro, dos membros presentes, não puderam votar a Deputada Mónica e nem a Milena. Portanto, questionou quem votava contra, quem se abstinha E quem votava a favor. A ata foi aprovada por unanimidade. De seguida, passou-se à votação da Sessão Extraordinária de 30 de março, onde não podiam votar Lucénio, Jorge, Gracinda e Mónica. Questionou quem votava contra, quem se abstinha e quem votava a favor. Finda a votação, a ata foi aprovada por unanimidade. Quanto à Ata da Sessão Ordinária do dia 28/04/2022, não puderam votar a Milena nem a Mónica. Questionou quem votava contra, quem se abstinha e quem votava a favor. Como resultado, a ata foi aprovada por unanimidade. Relativamente à ata da Sessão Ordinária do dia 29/06/2022, não puderam votar o Lucénio e a Mónica. Perguntou quem votava contra, quem se abstinha e quem votava a favor. Finda a votação a ata foi aprovada por unanimidade. Portanto, o assunto das Atas estava encerrado. De seguida, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia deu a conhecer aos Membros da Assembleia, que tinha sido constituído um grupo de trabalho para levantamento do património da Freguesia, e que, consoante o andamento dos trabalhos, este mesmo grupo iria elaborar relatórios que os enviaria para os Membros da Assembleia a fim de todos se inteirarem do trabalho que se estivesse a fazer. -----

PONTO 3 – Período de Intervenção Aberto ao Público: -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Quanto a este ponto, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia informou os intervenientes do público que se deveriam identificar com o nome completo e o lugar da Freguesia onde residissem para se proceder à sua inscrição. Questionou, por isso, se alguém do público pretendia intervir e como ninguém se manifestou, foi dado como concluído aquele ponto. --

PONTO 4 – Período Antes da Ordem do Dia: -----

4.1 – Interpelação à Junta de Freguesia sobre a Atividade da respetiva Administração:

Neste ponto, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta para prestar os esclarecimentos que entendesse, sobre as questões do ponto em análise. Tendo-se apercebido do erro em relação à sequência da Ordem de Trabalhos e para o cabal cumprimento do ponto 4.1, solicitou aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que fizessem a sua inscrição. -----

A Sra. Presidente da Mesa da AF passou a palavra ao Membro da Assembleia, Sr. Virgílio Cardoso: -----

Após cumprimentar todos os presentes passou de imediato a referir que, apreciava as obras e reparações feitas nas Fontes do Vale da Cilha e do Parracho, bem como a colocação de um telhado novo. No entanto, não iria dar os parabéns à Junta, já que o que foi feito mais não tinha sido do que a sua obrigação. Referiu também que, no seu entender, a Fonte do Vale da Cilha, poderia levar umas proteções laterais pois a água entrava por ali em muita quantidade. Ressalvou também que a rua que vai para baixo, o acesso, já tinha uma vala no meio do caminho e que não havia necessidade para tal acontecer. Que aquilo era muito fácil de se resolver, bastando a colocação de dois camiões de saibro no meio da estrada para as águas irem para os lados. Disse ainda que a Fonte do Parracho estava um bocadinho alta demais, podendo levar a que a água que viesse com a chuva entrasse ali e molhasse as pessoas que lá estivessem a lavar roupas. Adicionalmente referiu que a bomba também estava fora do telhado, sendo que as pessoas que precisassem de água teriam de acionar a bomba à chuva. Adiantou também que uma das possíveis causas deste problema, era a falta de um metro e meio de cume, provavelmente por ainda não estar terminado. De seguida referiu que iria falar mais uma vez sobre o caminho que vai da sua



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

porta até à Travessa da Coutinha e que está uma autêntica vala contínua, uma vala bastante grande que impedia as pessoas de ali passarem. Disse não haver necessidade para tal e insistiu haver já dito como se poderia resolver a situação pelo que se prontificou, mais uma vez, a ajudar, tendo dado por finda a sua intervenção. -----

A Sra. Presidente da Mesa da AF passou então, a palavra ao Sr. Presidente da Junta para prestar os esclarecimentos que entendesse. -----

O Senhor Presidente da Junta agradeceu à senhora Presidente da Mesa da Assembleia e cumprimentou todos os presentes, passando de imediato a esclarecer que, concordava com as observações e as notas, que o Sr. Virgílio tinha apresentado, pois, sendo essa a função da Junta, não sentia a necessidade de parabenização ao se fazer aquilo que tinha de ser cumprido. Sobre a questão do cume em falta, referiu que tinha ficado de ser aplicado e sobre a questão das laterais, percebia que efetivamente tínhamos umas fontes com as tais laterais que protegiam, particularmente na questão da chuva. Também sabia que ao protegerem da chuva, inibiam, nos dias de sol, que o sol entrasse e também sabia que o meio termo entre tudo era a melhor solução. Sendo zonas por natureza muito húmidas, quando estivesse sol, se tiverem essa capacidade, quem está a lavar, mas nem só, até para a própria manutenção do piso e do espaço que por norma é mais húmido, essa necessidade de ter radiação solar também era importante. Sobre a questão do Parracho, achava que o trabalho tinha ido um bocadinho para além daquilo que estava inicialmente previsto, que era a substituição da cobertura, tendo-se aumentado a cobertura efetivamente, não se aumentando ao ponto de poder absorver a bomba que estava um pouco mais desviada da zona do lavadouro, mas que efetivamente se tinha aumentado a área de cobertura da fonte e mais do que o aumento da área de cobertura e que se tinha dotado a fonte de um espaço contíguo envolvente, que não tinha e que era em terra e agora estava em pavé. Considerava que estava um espaço que acabou por ficar mais bonito do aquilo que se tinha perspetivado inicialmente. Já tinha tido a oportunidade de o visitar e ver pessoas a utilizar o lavadouro e a bomba que, se calhar, não o fariam antes. Também tinha tido a oportunidade de falar com alguns proprietários contíguos àquela fonte que adquiriram espaços recentemente que inclusive lhe haviam comunicado que até



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

fruto daquilo que estava ali a ser feito e fruto da aquisição de alguns terrenos que havia feito ali recentemente, ficava motivado para poder fazer um aproveitamento diferente do espaço. E que isso era bom, quando todos em conjunto conseguiam perceber que quando cada um fazia a sua parte, estavam sempre mais próximos do resultado final que agradasse a todos, que naquele caso, era o bem da comunidade e o trabalho em prol da mesma. No que dizia respeito à questão da Travessa da Coutinha, o Sr. Presidente da Junta referiu não ter lá ido com ele, mas que o Engº Barqueiro tinha lá ido com ele e, dá solução apresentada, teriam que ser obrigados a fazer um desvio de águas, não para nenhuma zona onde essa água tivesse um encaminhamento próprio ou devido, mas sim encaminhá-la para um terreno privado já que ali não existe nenhuma rede de águas pluviais na proximidade à qual se conseguisse fazer a ligação. O Sr. Presidente disse ainda acreditar que se se fizesse esse desvio, efetivamente a questão do arruamento em si ficava solucionada, mas provavelmente iriam ganhar um outro problema. Porque a pessoa, o proprietário, iria ter um tubo de água virado ao terreno dele e por direito próprio poderia não aceitar. E que, como disse, estaria no direito de o fazer, porque no fundo estaríamos a canalizar águas pluviais diretamente para o tereno dele. Portanto, pensava que, de alguma forma, teria de ser ponderada outra solução, porque aquela solução encontrada lhe parecia não ser, de todo, a mais pertinente. Sabia que às vezes havia situações em que, se calhar com a aceitação do proprietário, até se pudesse fazer. Mas efetivamente, lhe parecia que ali não se iria conseguir isso e que provavelmente se poderia estar, ao tentar resolver um problema, a criar outro. Efetivamente nós sabíamos que as águas pluviais eram um tema importante, um tema que tinha de ser debatido um pouco por toda a Freguesia. Sabíamos que, efetivamente, apesar de não ser nossa competência a questão das águas pluviais, iríamos tentar mitigá-las e que o Município tinha tentado resolvê-las sempre que podia. Era uma carência da Freguesia, e que acreditava, do Concelho. Tínhamos até conseguido solucionar algumas, mas outras infelizmente não. Queria acreditar que em sintonia, em parceria, se iriam conseguir mitigar esses problemas ao longo do território da Freguesia. Agradeceu terminando a sua intervenção. -----

A Presidente da Mesa da AF, Judite Marlene Medeiros Bartolomeu agradeceu ao Presidente da Junta. Não havendo mais intervenções, deu como concluído este ponto. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

PONTO 5 – Período da Ordem do Dia.

5.1 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da Atividade Exercida, bem como Financeira da mesma.

A Presidente da AF passou então a palavra ao senhor Presidente da Junta para esclarecer ou salientar alguns pontos sobre a informação apresentada.

O Presidente da Junta de Freguesia, Simão Vela, começou por agradecer à Sra. Presidente da Mesa da Assembleia e disse que, de uma forma breve, iria tocar nalguns pontos, sendo que alguns deles estavam espelhados na informação por fazerem parte do período em apreço, um de setembro a nove de dezembro, mas outros que não tinham ocorrido nesse período, mas que sentia que existia necessidade da sua parte, fruto da importância desses mesmos assuntos, trazê-los para a análise de todos. Assim, deu nota de três situações em particular: primeiro, aquilo que mais concretamente o Secretário da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, acompanha diariamente e que são os trabalhos dos operacionais no terreno. Assim, destacou e deu nota do bom trabalho que, na sua ótica, tinham conseguido fazer, apesar das condições climatéricas adversas que nos tinham atingido de uma forma persistente ao longo do período. , Também deu nota, do acompanhamento por parte do Engenheiro Rui Barqueiro, nestes e outros períodos, mas que neste, particularmente sobre aquele ponto, tinha sido bastante intenso e devendo todos congratular-se, incluindo naturalmente toda a Assembleia, por não termos tido grandes incidências de maior no que dizia respeito à questão de potenciais danos que a chuva poderia ter causado, quer às pessoas, quer também aos seus bens. Efetivamente, considerava que tinha sido o resultado de muitas coisas, mas que certamente estava também o trabalho que a Junta de Freguesia tinha realizado, concretamente a questão da limpeza das sarjetas, sumidouros e no cuidado para que as principais linhas de água fossem desassoreadas para que a água, mesmo quando em muita quantidade pudesse seguir o seu rumo e caminho normal sem criar danos de maior. Era uma nota que o Presidente fez questão de apresentar, esperando que a situação se mantivesse porque, por um lado era efetivamente um sinal do trabalho desenvolvido pelas equipas da Junta, conjuntamente com o trabalho de outras entidades e que estava a ser bem feito. De seguida deu nota da cerimónia do dia oito de dezembro, que no fundo foi uma cerimónia tripartida entre a inauguração da sala da Assembleia de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Freguesia que estava pendente, o descerramento da fotografia de um ex-Presidente de Junta de Freguesia e a apresentação do livro da autoria do senhor Armor Pires Mota que deve honrar a todos, porque mostra o resultado do trabalho de todos os Presidentes da Junta, de todos os elementos das Assembleias, naturalmente daquela e de todas as outras que a antecederam. O Presidente referiu estar-se perante um documento, de particular importância e relevância, do qual todos se deviam orgulhar por se ter despendido todo o tempo que se despendera para estar ali, para pensar sobre a Freguesia, mas também por se ter tido a capacidade, para produzir um documento que iria ficar para a posteridade, para toda a gente poder ver hoje, ver no amanhã, com elementos que, salvo erro, não constariam de outra forma, se não se tivesse levado esta ideia a bom porto de conseguir colocar naquele livro todos aqueles dados culturais e históricos que demonstram e mostram muito daquilo que somos e que certamente nos caracteriza hoje e que nos projeta para o futuro. Adicionalmente deu nota da envolvência do Executivo, em particular, da Vogal do Executivo na conceção das capas, assim como o apoio dos colaboradores da Junta de Freguesia que foram incansáveis em rever e ler o livro e, de igual forma, os seus colegas do Executivo. Voltou novamente a agradecer toda a ajuda e todo o interesse do senhor Armor que, *pro bono*, fez o trabalho para a Junta de Freguesia e que, sem dúvida, merecia o destaque e aquela menção na Assembleia. Depois, O Presidente deu nota de três situações que considerava de particular interesse. Primeiro, a adesão voluntária que a Junta de Freguesia tinha feito ao programa Bilha Solidária, que era um programa estatal, portanto, do Governo para atribuição de um valor para quem usufrui da tarifa social de eletricidade e que poderia ter, para aquisição de gás, portanto, de botijas de gás, uma compensação de 10 Euros durante três meses consecutivos, ou seja, outubro, novembro e dezembro. De seguida explicou qual o motivo para esta referência pois que, sendo uma adesão voluntária, as Juntas de Freguesia não eram obrigadas a fazê-lo. Percebendo o alcance social da medida, entendeu-se que a Junta deveria aderir pelo que se recebeu um conjunto de pessoas cuja área de residência ia muito para além da área da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro. Como consequência, tinham recebido e tratado 25 casos, portanto, tinham-se apoiado 25 situações que consumiram tempo e tinham ocupado os colaboradores administrativos da Junta, cabendo-lhes, portanto, todo o louvor. O



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Presidente entendeu dar esta nota porque se viam pessoas de outros lugares do Concelho e de muitos lugares de Freguesias contíguas e doutros Concelhos, o que era sinónimo de que se estava no caminho certo no apoio não só à sua população, mas também na adesão a programas que poderiam não repercutir grande retorno financeiro às Juntas de Freguesias aderentes, mas que se traduziam em papel social e de proximidade que era aquilo que a Junta sempre tinha defendido. Na sequência, deu nota que os projetos Bebé Feliz e Mamã Cegonha, portanto, o de apoio à natalidade e o projeto de apoio social aos bebés até aos vinte e quatro meses, perfizeram até o final do ano, sendo essa a razão da menção, um total de sessenta e cinco famílias apoiadas, ou seja, mais do que uma família por semana. Entendia por isso ser relevante dar aquela nota para conhecimento de todos porquanto eram decisões da Junta que implicavam o trabalho de todos os colaboradores e do Executivo, mas que já atingiam o valor de uma família por semana. Por conseguinte, num ano tinha-se apoiado uma família diferente por semana considerando-se bastante importante que a Assembleia tivesse conhecimento disso pois eram dados factuais. Relativamente às licenças de cães, gatos, canídeos e gatídeos, o Presidente referiu que no ano de 2022, se tinham feito entre novos registos e licenças renovadas, cerca de trezentos e sessenta procedimentos, mais concretamente setenta novos registos e duzentos e noventa e cinco licenças renovadas. Em termos de atestados e declarações, informou e cingindo-se apenas aos atestados que no ano de dois mil e vinte e um se tinham emitido trezentos e quarenta e oito atestados; comparativamente, no ano de dois mil e vinte e dois tinham-se emitido seiscentos e catorze. Sublinhando o acréscimo, fez menção de referir, naturalmente que tal se iria repercutir nas contas. Já se tinha executado até trinta de setembro, mais do que se havia executado no ano anterior. Aqueles números podiam contribuir para se tirarem um conjunto de ilações que, se calhar, não seria aquele o momento para tal, mas que poderiam levar a um conjunto de considerações que poderão ser muito importantes para as Freguesias, Assembleias e Município. Está-se perante uma população a mudar de forma brusca e uma realidade cultural e social que igualmente está a sofrer grandes mutações merecendo a atenção de todos. Felizmente, referiu, a Junta dispunha de colaboradores que tinham a capacidade de receberem inclusive pessoas que não sabiam uma palavra de português; ou só falavam inglês, ou só falavam francês. No



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

entanto e como já havia dito anteriormente, a Junta dispunha de colaboradores que sabiam e que tratavam, como ninguém, dessas situações, pelo que era de justiça dar nota disso. Esse bom desempenho com resultados no aspecto financeiro, reflete todo um trabalho interno da equipa que vai muito para além do Executivo. Posteriormente o Presidente deu nota do que efetivamente menos tinha gostado, mas que, não fazendo parte do período em apreço, infelizmente tinha acontecido e que tinha sido o furto do estaleiro da Junta de Freguesia em Vila Verde. Não tinha sido no período, mas era de particular relevância, porque tinha um impacto nada expectável no final do ano, ou outro qualquer período, e que estava a condicionar, podendo ter um impacto financeiro. Apesar de se ter um seguro, o que efetivamente não existia quando chegamos à Junta de Freguesia, tal não nos impediu de ter este sinistro. Naturalmente que se estavam a seguir as tramitações normais destes processos, estando a aguardar-se a avaliação das equipas de peritagem para se ter uma percepção de quanto poderá ser o impacto financeiro. Refira-se que foram furtadas todas as roçadoras, todos os sopradores, gasóleo e gasolina, óleo, os martelos pneumáticos, etc. O Presidente referiu que o prejuízo devia rondar os 8000 Euros, não contabilizando os danos no próprio imóvel e nem os danos na estrutura; no imóvel, no muro, porque entraram, partiram, e levantaram a estrutura da parte de trás do estaleiro de Vila Verde. Disse ainda acreditar que o seguro iria indemnizar em parte, muito dificilmente no seu todo, mas que se iriam desenvolver esforços para diminuir ao máximo o impacto na atividade da Junta. Não tendo mais nada a referir, agradeceu tendo passado a palavra à Sra. Presidente da Mesa da Assembleia. -----

A Presidente da Mesa da AF, Judite Bartolomeu agradeceu ao Senhor Presidente da Junta dando início à discussão do Ponto. -----

Questionou os membros da Assembleia sobre quem pretendia intervir, tendo manifestado essa intenção os membros Virgílio Cardoso e Cristina Silva. De imediato passou a palavra ao Sr. Virgílio. -----

Sr. Virgílio Cardoso. -----

Quanto ao livro, referiu ser uma boa obra, mas havia uma situação que estava mal. As descrições estavam todas bem, mas onde se dizia “Fonte do Canteiro”, não era Fonte do



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Canteiro, mas sim Fonte da Amoreira; estava ao contrário. Provavelmente não tinham reparado pois apenas os nomes estão trocados. -----

A Presidente da AF, Judite Bartolomeu passou a palavra à Membro Cristina Silva. -----

A Membro Cristina Silva cumprimentou todos os presentes passando a referir-se à cerimónia do dia oito de dezembro na qual estivera presente. Tinha sido a inauguração daquele espaço, onde se encontravam naquele dia e que, apesar de pequeno, tinha as condições necessárias para o fim a que se destinava. Era uma obra que, como todos sabiam, carecia de intervenção há bastante tempo. De seguida falou sobre o descerramento da fotografia do ex-Presidente Cesário Garcês, considerando ter sido um momento único, carregado de sentimentos, tendo o discurso dos filhos levado todos os presentes a viajar no tempo; tinham voltado ao passado e ficado a conhecer um pouco do ex-Presidente e da sua obra na Freguesia. Foi com palavras de emoção que a sua filha se dirigiu ao Presidente Simão Vela agradecendo por aquela cerimónia que apenas pecou por tardia. Assim, transmitiu os seus parabéns ao Executivo apesar de concordar com o que o Sr. Virgílio dissera anteriormente de que existem coisas às quais não se devem dar os parabéns pois são obrigação a sua execução. No entanto, muitas dessas coisas, nomeadamente aquela, já deveria ter sido feita há muitos anos e só agora se tinha verificado com aquele executivo. Daí, entender dar os parabéns. Foi igualmente merecedora de parabéns o encerramento da cerimónia com chave de ouro e que foi a apresentação do livro do senhor Armor Pires Mota. Endereçou também os seus parabéns a todos os envolvidos pelo trabalho desenvolvido, e que enriquece a Freguesia e o conhecimento de todos os fregueses. Como tal, convidou todos a adquirir o livro para o terem em casa e darem uma vista de olhos pois era realmente maravilhoso. Destacou também, a requalificação da capela do cemitério de Vila Verde que, como todos sabiam, carecia de intervenção urgente e que, segundo informação de que dispunha, já estava concluída. Ou seja, um trabalho feito. Referiu também, ainda em Vila Verde, a colocação do novo Tampinhas junto à escola. Fez votos para que outros Tampinhas, futuramente, viesssem também a surgir noutras polos escolares, porque, não havia dúvida nenhuma, era um êxito. A sua colocação junto dos polos escolares era importante, pois as crianças



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

aderiam bastante e convidavam os pais a colocarem as tampinhas dentro daqueles pontos. Igualmente referiu que tinha ficado satisfeita ao ver que a Junta havia acolhido as palavras do Sr. Virgílio relativamente há cobertura da fonte. Tinha-se, pois, de dar os parabéns ao Executivo porque ouvia os Membros da Assembleia, quer fossem do PS ou do CDS; o que estava em causa eram as ideias e quando eram boas eram acolhidas. Isso é que era o melhor para a Freguesia, para os Fregueses, e por isso, dava os parabéns ao Executivo. Terminou a intervenção agradecendo. -----

A Presidente da Mesa da AF, Judite Bartolomeu agradeceu à Membro Cristina Silva e passou a palavra ao senhor Presidente da Junta, caso quisesse pronunciar-se: -----

O Sr. Presidente agradeceu e tomou a palavra para prestar alguns esclarecimentos. Assim, deu nota do que foi dito, quer pelo Sr. Virgílio, quer pela Deputada Cristina no que dizia respeito à questão do livro. Sobre a questão da designação da fonte, iria ler e reler mais uma vez. Referiu que todos o haviam lido mas que às vezes nestes livros, que não são histórias, que não são dramas, que não são romances, que não são coisas que saem da imaginação, mas que nos remetem para factos concretos, com um conjunto de elementos que são factuais ou comprováveis, efetivamente por mais vezes que a nossa atenção esteja presente, podem ocorrer alguns lapsos. Naturalmente que já não se conseguia alterar o livro, mas a confirmar-se, ficava essa ressalva e que possivelmente até uma das coisas que se poderia ainda fazer, era com os QR Code, pois essas fontes tinham QR Code associados, ou seja, uma leitura que permite através do telemóvel, chegar à informação e chegar a essa fonte. Referiu igualmente que quando alguém decidesse fazer o que também era sua intenção que as pessoas fizessem, que era pôr o telemóvel em frente ao livro e abrindo uma câmara fotográfica, muito provavelmente através dessa leitura poderia passar-se a informação, caso, ela não estivesse correta. No que dizia respeito às questões trazidas pela Deputada Cristina, e em concreto sobre a requalificação da capela de Vila Verde, efetivamente tinha sido considerada uma prioridade. Já se havia falado e iria certamente falar-se nos próximos pontos, muito sobre a questão do cemitério e da necessidade de ampliação do cemitério de Vila Verde. Não era nada de novo para nenhum dos presentes, mas a requalificação iria muito para além do necessário naquele cemitério, iria muito para



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

além da questão da ampliação. Também era preciso requalificar o cemitério existente. Disse ter-se essa noção no que dizia respeito aos muros e ao próprio cemitério. Essas eram algumas das situações que estavam pensadas para serem resolvidas aquando da ampliação do cemitério. E essa questão da capela, foi entendido que poderia ser feita de forma separada. Urgia uma intervenção naquele espaço e efetivamente foi algo que se decidiu fazer e que ficou muito bem o seu resultado final. Relativamente à questão dos Tampinhas, disse considerar ter sido um ganho positivo. O Tampinhas era um projeto que tinha efetivamente crescido na comunidade. Naturalmente, que o local escolhido tinha sido fruto de decisão camarária, pois o espaço de que se está a falar é de um espaço que é da Câmara Municipal, que detém a sua propriedade e, portanto, tinha havido necessidade de se ter essa autorização. No entanto, entendia que o local escolhido beneficiava claramente o projeto e que também, no fundo, valorizava as pessoas que entenderam ser ali o sítio correto. Relativamente à questão de se ouvirem os membros da Assembleia, referiu entender ser esse apenas o resultado do seu trabalho, daquilo que se entendia como deveria ser o trabalho de quem está à frente de uma autarquia, que é ouvir, colaborar e saber que efetivamente não fazemos tudo bem, não conseguimos ver tudo e só trabalhando em parceria estaremos sempre mais perto de atingir um melhor resultado final. Agradecendo, finalizou a sua intervenção. -----

A Presidente da Mesa da AF, Judite Bartolomeu agradeceu ao senhor Presidente da Junta e deu como concluído este ponto. De imediato se passou ao ponto seguinte. -----

Ponto 5.2 – Apreciação e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia. -----

Relativamente a este ponto, a Sra. Presidente informou que se iria proceder à votação pois a informação já estava na posse de todos. -----

A Presidente da AF, Judite Bartolomeu -----

A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia questionou se havia alguém que pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo intervenções, passou-se então para a votação do ponto. Questionou quem votava contra e quem se abstinha. Como consequência da



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

votação o Regulamento foi aprovado por unanimidade. Concluído este ponto, iria passar-se ao ponto 5.3. -----

Ponto 5.3 – Análise e Deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Quadro de Pessoal para 2023. -----

A Sra. Presidente passou a palavra ao senhor Presidente da Junta para prestar alguns esclarecimentos adicionais. -----

Presidente da JF, Simão Vela. -----

O Sr. Presidente Simão Vela agradeceu e, tomando a palavra, começou a apresentar o Plano e Orçamento para 2023 da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro. Começou por explicar que não se remeteria de imediato para números, mas para aquilo que entendia que iria ser ou, poderia vir a ser o ano de 2023 de uma forma mais genérica, quer em termos de atividades, quer em termos de dinâmicas, quer em continuidades de projetos. De facto, o ano de 2022, no que dizia respeito àquilo que, enquanto executivo e no que dizia respeito às dinâmicas que gostaríamos de imprimir ao trabalho e que gostaríamos de efetuar, não tinha sido o ano que considerava ter sido o ano de maior visibilidade ou até de promoção daquilo que se propunha fazer. Não porque não quisessem, mas porque tinham tido a noção de que tinham objetivos a atingir, e que por vezes poderiam ser obrigados a tomar decisões, mesmo decisões que por vezes não gostavam. Foi o facto de se ter tido por um lado a tomada de decisão e a iniciativa de não se realizarem um conjunto de dinâmicas a que se tinham proposto, porque claramente tinham percecionado que para atingir alguns objetivos, muito concretamente, a questão da ampliação do cemitério de Vila Verde, seriam necessários fundos, capacidade financeira que não se coadunava com todas as outras dinâmicas e eventos que se havia pretendido fazer e eventualmente até um conjunto de intervenções ou melhorias que se queria levar a cabo. Estava ciente que às vezes para se chegar a determinados fins, era necessário optar por não fazer outras coisas. Referiu não ter nenhum problema em dizer que tinham deixado de fazer festas e de fazer eventos, para poder comprar uma carrinha, a pronto, porque não se conseguia fazer um investimento de 26500 Euros, não obstante o apoio do Município de 8000 Euros, não



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

conseguiríamos, porque não podíamos contrair qualquer tipo de contrato de locação financeira ou leasing pois tal não nos era permitido. Efetivamente foi necessário suprir essa falta que era entendimento de todos ser uma grande necessidade da Junta de Freguesia e, adicionalmente, para nos propormos ao maior investimento que esta Junta de Freguesia fez e fará nos últimos largos anos e que será a ampliação do Cemitério de Vila Verde. Repetindo disse que por vezes, tinha de se deixar de fazer certas coisas que se calharam até muito mais satisfação e muito mais facilidade na sua execução. De forma que, com todos e em particular com ele, Simão Vela, nunca teria qualquer tipo de problema em deixar de fazer esse tipo de eventos e que muitos queiram que se fizesse, como é o caso em particular do “Oliveira a Mexer”. Referiu que as decisões haviam sido tomadas em prol de situações consideradas prioritárias, sendo que uma prioridade era comprar uma carrinha e a outra era ampliar o cemitério de Vila Verde. Tinha-se conseguido otimizar as questões das despesas de pessoal que, como podiam ver, as que estavam previstas para o ano de 2023 eram inferiores ao que foi previsto para 2022. Efetivamente não tinha sido só ali que se otimizaram muito os recursos, foi para se conseguir libertar mais para se poder depois ter capacidade para se executar as obras do cemitério e propormos já este ano, a ampliação do cemitério, estando a aguardar apenas que os terrenos passem para a propriedade da Junta de Freguesia para se poder lançar o procedimento. Disse acreditar, serem capazes de, já em 2023 e fruto do que foi feito no ano de 2022, ter a capacidade para alargar o cemitério e voltar a essas dinâmicas novamente. Disse então que acreditava que seriam capazes e que era possível e que tudo o que estivesse ao seu alcance iria ser feito para trazer também outras dinâmicas que já estavam presentes mas que no último ano e na altura da pandemia, por razões que não adiantava dizer quais eram pois todos já sabiam, tiveram de ser suspensas pelo que iriam ser retomadas. Referiu que a Freguesia precisava de momentos como esses, as associações precisavam de momentos como esses e em 2023 essa dinâmica iria voltar e esse era o grande espelho de 2023, regressar às dinâmicas que se tinha, outras novas e outras que até aconteceram em 2022 e saíram fortalecidas. Foi o caso das “Emoções aos fardos”, espalhados pelos caminhos pedestres da Freguesia, concretamente na Rota das Cegonhas, o envolvimento com as escolas que sempre esteve presente, a UNISOB que já voltou a passar os 100 alunos, depois de dois,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

três anos de bastante dificuldade; iria ter-se um novo evento, o Bairrada Eco Challenge, que iria substituir o “trail” que acabou por nunca acontecer porque esteve para ser iniciado precisamente no primeiro ano da pandemia. Aquele evento será uma sinergia que considerava ser muito importante visto acontecer com as Freguesias ribeirinhas, neste caso de Oiã e Fermentelos, estando já marcada a data de 16 de setembro para a sua realização, pelo que podiam, desde logo, guardar nas agendas e nos calendários. O Sr. Presidente referiu considerar poder-se estar perante um evento que terá muito para crescer, com um potencial tremendo. No fundo, seriam estas questões que certamente iriam juntar a tudo aquilo que se tem feito no que diz respeito à questão das competências diretas, tais como a beneficiação do nosso território, a otimização de tudo aquilo que era da nossa competência otimizar, quer os passeios, quer os caminhos vicinais, quer muitas outras situações relacionadas com, por exemplo, a questão das águas pluviais. Quer ainda na interação com o tecido associativo, quer na manutenção de todos aqueles projetos que havia já falado, o Tampinhas, o Bebé Feliz, a Mamã Cegonha, quer ainda também com uma nova interação que considera vir a ser um projeto superinteressante, o “Junta-on”, o qual poderá colocar noutro patamar a forma de comunicação entre a Junta de Freguesia e os seus Fregueses. Será um programa que irá ter um potencial de crescimento muito grande e muito significativo. Verificar-se-á o retomar das reuniões descentralizadas por todos os lugares da Freguesia e que irão começar já em janeiro no lugar da Amoreira do Repolão. O Presidente frisou que acreditava que efetivamente tinham tudo para ser um ano também atento às questões que os preocupavam, principalmente de ordem social e económica e financeira considerando aquilo que se tem passado quer no mundo, quer no país, porque efetivamente isso também é um elemento de preocupação. Para além daquele foco de atenção, ainda naquele dia tinha estado a falar com a Tesoureira da Junta de Freguesia precisamente sobre uma situação de grave carência social com residência na Freguesia de Oliveira do Bairro. Portanto, esta atenção que já em 2022 se manifestou com a apoio a uma família por semana, reflete também a expectativa de que aqueles números não aumentem, mas considerava que quase com a certeza que, se calhar, iriam aumentar. Assim, era de crer que 2023, por razões mais do que óbvias e que todos conhecem e que até descrevi na introdução do Plano de Atividades, poderá também ser por outro lado,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

exigente no que se refere a esta preocupação e à resposta que se der perante um conjunto de situações a nível social que podem apresentar-se perante todos nós de coisas que não era de todo normal no ano de 2022 e nos anos transatos. Disse ainda que, no âmbito do orçamento, pretendia abordar dois pontos e trazê-los para análise da Assembleia, até pelo que se tinha passado nos momentos de aprovação e discussão do anterior orçamento e que era do conhecimento de todos .Assim, e no que dizia respeito à Universidade Sénior de Oliveira do Bairro, estavam cabimentadas todas as despesas previstas para a Universidade Sénior, mas estavam, no fundo, praticamente sem financiamento do lado da receita, porque efetivamente não havia, como aliás aconteceu no ano de 2022. Não era nenhuma novidade, mas que naturalmente depois iria dar um resultado final em termos do orçamento também diferente daquilo que é hoje. Neste sentido, referiu que já tinha tido o cuidado de falar com o senhor Presidente da Câmara para se tentar antecipar o momento, que era o momento normal de análise, de realização desse acordo de apoio à Universidade Sénior, da antecipação para janeiro e não para março, abril como vinha sendo habitual. Entendia que se assim fosse, havia vantagem na abertura do senhor Presidente da Câmara para tal acontecer nas primeiras semanas de janeiro. Assim, acreditava que muito em breve poderia alocar ao orçamento, essa receita proveniente da Câmara Municipal, quer para a UNISOB, quer também para outras dinâmicas e outros eventos que iremos ter em 2023 e que, por exemplo, não ocorreram em 2022. Em 2022 não houve nenhum apoio por parte da Câmara Municipal para nenhum evento porque simplesmente não houve nenhum evento. Foi uma opção e que a assumia em primeira linha e naturalmente, esperava que 2023 fosse diferente. Como essas dinâmicas irão voltar, disse acreditar e não ter dúvidas de que o Município estaria ao lado da Junta nessa matéria. No fundo, não se querendo alongar mais, julgava ter tocando um bocadinho em tudo aquilo que era orçamento e, se quisessem poderia ser mais minucioso no que respeita à questão dos números. Aliás, quer na parte da receita, quer na parte da despesa iria fazê-lo mesmo antes de terminar. Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, onde considerava ter havido particular cuidado e ênfase a redigir o documento, fazendo, no fundo, com que ele espelhasse aquilo que devia espelhar o presente e o futuro sobre o que acreditamos que sejam os investimentos da Junta de Freguesia. Portanto, o foco foi total na questão do



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

cemitério, sendo que no ponto seguinte e se permitirem tal, falaria no contrato de promessa de doação que ficou pendente de trazer à Assembleia logo que estivesse assinado. Assim iria falar porque também havia um ponto para debater e que entroncava nele. Como todos podiam verificar para 2023 e 2024, acreditamos que poderão ser os anos mais fortes de investimento no que diz respeito à concretização do cemitério e que face aos números em questão, não haverá grandes folgas para outras coisas. Afirmou a necessidade de se ser honesto e sincero naquele tema, podendo também perspetivar-se a existência de uma linha orientadora do futuro e que está plasmada no documento, passando por uma necessidade que poderá ocorrer nos próximos anos, por exemplo, a aquisição de um trator que já estava prevista. Também referiu poder ser verificada a necessidade de requalificação que era, no fundo, uma situação que periodicamente tinha de ser feita e que era a requalificação das fontes e lavadouros, e um melhor apetrechamento, no que dizia respeito à questão dos viadutos, arruamentos e obras complementares. Também contemplava algo que acreditava que no futuro se viesse a ter de se levar em linha de conta e que era uma reforma daquele espaço, não só da Assembleia, mas de todo o edifício. Referiu estar convicto que naquele mandato ou no mandato seguinte, aquela situação teria de estar em cima da mesa, assim também como a reforma de todos os equipamentos informáticos, e, por tal motivo, espelhados no próprio Plano Plurianual de Investimentos. Portanto, o documento permitia ver as grandes orientações que irão ser o presente e o futuro da Freguesia. Naturalmente, poderiam acontecer outras situações que os levassem por outros caminhos, mas com os dados que tinham naquela altura, acreditava-se que eram aquelas as preocupações sendo aqueles os locais onde o investimento devia ser feito nos próximos anos na Junta de Freguesia. Finalizando, disse também acreditar que o saldo de gerência que depois iria ser incorporado no orçamento, permitirá reforçar um conjunto de rubricas, inclusive a questão do cemitério e outros, quer para despesa corrente, quer despesa de capital e com isso fortalecer o orçamento, conseguindo, dessa forma, levar a cabo todos os projetos e compromissos com os quais estavam a assumir naquele momento. Terminou a sua intervenção agradecendo à Sra. Presidente.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

A Presidente da Mesa da AF, Judite Bartolomeu agradeceu ao Sr. Presidente da Junta e colocou o ponto em questão à discussão aos membros da Assembleia que pretendessem intervir, agradecendo a quem se quisesse inscrever. Passou então a palavra ao membro da Assembleia, Rui Morais.

Após cumprimentar todos os presentes, O Sr. Membro Rui Morais deu início à sua intervenção dizendo que via com agrado aquele investimento, a dotação para o cemitério, e naturalmente registar que se estava a falar em termos de PPI e, portanto 70% do investimento estava no cemitério. Era um projeto que julgava que por unanimidade, pelo menos na bancada do CDS, apoavam. Portanto, considerava que era um projeto por unanimidade e que queriam naturalmente ver concretizado e, portanto, os anos de 2023 e 2024, porque de facto não se podia protelar mais aquele investimento, portanto, iriam concretizá-lo. A questão que ali pretendia colocar ao Sr. Presidente, era relativamente ao ponto de situação do projeto, obra, protocolo, enfim, todas as coisas que se quisessem chamar e gostaria de perceber em que ponto de situação é que se estava. O Sr. Presidente tinha-lhe dito, até fora daquele fórum na última vez que tinha estado ali na altura em sede do direito da oposição, onde tinham estado a conversar que, por parte da Câmara Municipal ainda havia umas questões para resolver e que ele sabia que o projeto, portanto, as especialidades já tinham dado entrada na Câmara Municipal. Referiu que sabia aquela informação porque lhe havia sido facultada essa informação, mas que, naturalmente, o Sr. Presidente é quem tinha de facultar ali as informações. Também lhe tinham transmitido que, entretanto, tinha sido enviado um email ao senhor Presidente da Junta, no sentido de aditar ao processo alguns elementos no âmbito das especialidades e, portanto, ele gostaria de saber qual o ponto de situação. Portanto, eles, como Junta de Freguesia, como elementos da Assembleia, sendo um projeto que como já havia referido, do agrado de todos e que todos deveriam colaborar nesse sentido, ele gostaria de saber o que é que estava ali a faltar. Até porque, também estava ali o chefe de gabinete do senhor Presidente da Câmara e era importante que todos percebessem. Estavam ali deputados da Assembleia Municipal e de uma vez por todas, ele gostava de perceber, tal como venho fazendo outros assuntos, o que é que se estava a passar. Não queria saber quem é que tinha razão ou quem é que deixava de ter, queria perceber em que medida é que eles também, como



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Assembleia Municipal, de facto, podiam fazer uma pressão para que as coisas acontecessem, para que as coisas existissem, porque era esse o seu propósito. Qual era o ponto de situação em termos burocráticos, em termos protocolares, em termos de projeto o que é que estava a obstar ao início, não dizendo ao início dos trabalhos como é evidente, porque tinha toda a noção, que terá de ser aberta uma empreitada, sejam nos moldes que se vier a entender, ajuste direto público sendo isso outra questão que naquela altura não interessava. Portanto, era aquilo que pretendia saber. Quando é que o terreno era efetivamente da Junta e quando é que se teria capacidade de lançar o procedimento concursal, sendo aquilo o que queria saber. Não era quando é que se iria ter obra porque se podia lançar um procedimento que depois poderia vir a ter problemas e reclamações. Essa era outra conversa que não dependia da Junta de Freguesia. Mas, quando é que haveria condições para efetivamente se lançar o procedimento concursal, tendo presente que, pelas palavras do senhor Presidente proferidas anteriormente, este PPI sabemos eles o que era um plano, e que o senhor Presidente depois iria ali incorporar o saldo de gerência. Aproveitou naquela altura o ensejo para também lamentar o que havia acontecido no armazém de Vila Verde e que isso penalizava-os a todos, a toda a Freguesia e que, como era evidente, também poderia ter repercussões no plano, porque naturalmente o Sr. Presidente não teria nenhuma verba à partida para aquelas situações tendo depois que incluir essa situação. Assim e para terminar, disse que a partir do momento que estavam 27000 Euros para um ano e 23000 Euros, mais ou menos, para outro, era expectável que houvesse bastante volume de execução em 2023 e era isso que pretendia saber, ou seja, quando é era expectável lançar-se o procedimento. Terminou a intervenção, agradecendo.

A Presidente da Mesa da AF, Judite Bartolomeu agradeceu ao deputado Rui Moraes e passou a palavra ao senhor Presidente da Junta para esclarecer as questões colocadas. ----

O Presidente da JF, Simão Vela agradeceu e, tomando a palavra, esclareceu que bem gostaria de apontar uma data, mas a verdade era que, em termos de documentação que era necessária ter pronta e ser enviada para a abertura do procedimento, efetivamente, já tinham essa documentação pronta. No entanto, não podiam lançar o procedimento sem que efetivamente e aquilo que ele sempre tinha dito e que tem sido um acordo da Câmara Municipal, porque acreditava que se fossem eles, faziam exatamente de igual forma, não



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

podiam lançar um procedimento para empreender num local que não fosse da Junta. Portanto, não podiam lançar um procedimento para uma coisa que efetivamente não era nossa. Mas retirando aquela situação que até transcende um pouco do porquê da situação ainda não estar resolvida ou não, porque acreditava que efetivamente se não estava era porque existiam situações que às vezes podiam ser e por vezes até eram incompreensíveis para o público em geral, os fregueses, o porquê da demora de algumas coisas, porque é que as coisas as coisas demoravam mais do que aquilo que tendencialmente era o seu tempo. A verdade, é que por vezes surgiam situações que não se previa e que podiam atrasar a tramitação dos processos e, nesse caso, a tramitação daquela propriedade, daqueles terrenos, para a Junta de Freguesia. Acreditava que, de todo, não era interesse da Câmara Municipal protelar mais o projeto, ou melhor, a cedência, a doação daqueles terrenos para a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro. Efetivamente, a única coisa que podia dizer era que iríamos lançar as coisas logo que isso fosse possível, que a propriedade do terreno estivesse na posse da Junta, existindo a necessidade efetiva do Município emitir um parecer não vinculativo. Relativamente a esta questão do parecer não vinculativo, mais não disse, anunciando que não era isso que estava a atrasar. Aquilo que efetivamente estava a atrasar, era o Município a tratar de um conjunto de diligências que tinham de ser efetuadas e que, infelizmente, às vezes demorava um bocadinho mais de tempo do que aquilo que era o razoável ou entendido como razoável e que fazia com que depois as coisas, da parte da Junta, também atrasassem. Informou já ter sido feita uma consulta preliminar ao mercado, há bastante tempo e, era com base nessa consulta preliminar, que tinha os valores pensados, arquitetados e espelhados no Plano Plurianual de Investimento. Sabia que, depois deveriam analisar esse desfasamento de tempo, que já vem de alguns anos para cá e o que seria que nos traria em termos de desfasamento também com uma consulta preliminar que se tinha feito há 5 ou 6 meses atrás. Importava saber o que é que poderíamos ter de pagar a mais do que se pagaria se tivéssemos feito já há 6 meses atrás, quando se fez a consulta preliminar. Isso também poderia ser alvo dessa análise à posterior. Agora, aquilo que ele acreditava e que era efetivamente um assunto que tinha de passar, era virar a página o mais rápido possível esperando que efetivamente, no início do ano, em janeiro, este assunto ficasse resolvido. O Sr. Presidente da Junta disse que



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

acreditava e que achava que o próprio Município também acreditava que o assunto poderia já estar resolvido, se calhar não neste mês, mas há 2 ou 3 meses atrás, mas que, por determinadas razões, não esteve. À Junta competia exigir e fazer com que essa questão acontecesse, porque efetivamente não se podia fazer mais nada enquanto os terrenos não forem da Junta. Não se podia comprometer naquele momento com datas que não estivessem ao seu alcance. A única coisa que podia garantir era que efetivamente, quando isso acontecesse, tudo o resto seria breve. Efetivamente esse parecer também terá de surgir, mas certamente surgirá de uma forma rápida e só o tempo que vai ter que ter o procedimento, certamente que será muito superior a essas pequeninas coisas que também iremos ter que fazer paralelamente. Assim, achava que agora, o foco tinha que estar efetivamente na questão da resolução, por parte do Município, na doação à Junta de Freguesia porque depois da sua parte, iria imperar uma reação ou ação imediata, que seria fazer todo o procedimento de seguida. Portanto, era entendimento do Executivo que se os terrenos fossem doados em janeiro, durante o ano de 2023 iria conseguir-se executar grande parte do valor e a obra, pelo menos “o grosso” da obra que se pretende fazer, iria certamente ficar feito. Portanto, não se podia comprometer com datas. Referiu ainda que gostava que já tivesse sido lançado o procedimento no ano de 2022 e que, aliás, já havia manifestado esse interesse ao próprio Executivo Municipal e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Como tal não tinha sido possível, restava-lhe aguardar, mas um aguardar que efetivamente não era benéfico, até porque depois existe muita contra informação que a ele não lhe competia saber quem é que a passava, mas efetivamente, não era novo para ele, quando as pessoas o abordavam a perguntar porque é que a obra ainda não estava feita, porque aquilo já estava tudo na nossa posse. Isso acontecia porque as pessoas iam à internet e era isso que viam. Na verdade, eram essas as informações que rolavam na internet e que os terrenos da ampliação do cemitério já estavam na posse da Junta de Freguesia desde 2019. Mas o Presidente disse não querer alimentar polémica porque não era esse o seu papel e que ele apenas queria é resolver. E percebia os problemas que o Executivo estava a ter porque de todo, também não era interesse dele estar a protelar a situação, portanto, o que lhe custava, era às vezes ver essa contra informação que de todo, não era benéfica para ninguém, porque o problema era de todos e o problema estava lá.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Tinham poucas sepulturas, tinham um cemitério que estava cada vez mais a chegar à sua ocupação total e tinham o dinheiro, tinham vontade de executar, pelo que achava que era do interesse de todos consegui-lo em 2023. Havia vários projetos a bom término e de certeza que não seria nem por dificuldades da Junta de Freguesia em termos financeiros, porque estavam a trabalhar já há bastante tempo, não de um, nem dois anos, mas já tinham esse objetivo há algum tempo. Estavam a trabalhar para ter a possibilidade financeira, porque, na verdade, não estávamos a pedir nada. Disse que naquele momento, não sabendo o que o futuro lhes reservava, nunca tinham pedido um centímo à Câmara Municipal ou a outra qualquer entidade para a execução do cemitério. Só queriam o que havia sido comprometido e que era a doação de terrenos, portanto era isso que estavam a tentar fazer com que acontecesse da forma mais rápida possível, porque para eles, era obra prioritária e era aquela que ia levar efetivamente os tais 70% que o Membro da Assembleia, Sr. Rui Morais, tinha referido ali e que provavelmente se poderia manter em percentagem, mas em termos de valor iria aumentar. -----

A Sra. Presidente da Mesa da AF, Judite Bartolomeu agradeceu ao Sr. Presidente da Junta e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Rui Morais na qualidade de esclarecimentos. -----

O membro da Assembleia Sr. Rui Morais dirigindo-se ao Sr. Presidente disse estar de acordo com ele e que também estava de acordo com ele na questão da contra informação e, portanto, o lugar próprio para se esclarecer aquelas situações todas, porque de facto era do interesse de todos, era de facto naquela casa. E era isso que ele queria fazer. Referiu confessar que não tinha ficado esclarecido; tinha percebido que havia coisas que o Sr. Presidente não tinha dito porque talvez não o desse dizer mas a informação que tinha é que as especialidades eram com a Freguesia e, portanto, dera entrada na Câmara Municipal já em setembro e esse processo era das especialidades, questionou. E a informação que lhe haviam transmitido e que até lhe tinham transmitido que tinha entrado a vinte e seis de setembro e que depois a vinte e oito de setembro tinham sido solicitados à Junta de Freguesia que devia ter remetido ao projetista, como era evidente e que até à data ainda não havia resposta. E alegadamente, aliás, voltava a dizer, ali era o local para se esclarecerem as situações e que estavam todos ali a trabalhar para o mesmo. Pelo



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

menos era esse o seu espírito desde o início. Já teriam sido novamente solicitados à Junta de Freguesia mais elementos. Ora, no seu entender, não lhe agradava nada porque estava ali na Assembleia de Freguesia e não lhe agradece que faltassem elementos da parte da Freguesia. Portanto ele não sabia e não tinha percebido das palavras do Sr. Presidente o que é que obstava de facto para que os terrenos transitassem para a Junta de Freguesia. Não tinha percebido. Mas também conseguia perceber que poderia haver informação que não pudesse, naquele momento, ser transmitida E que isso respeitava e nada mais questionava sobre aquela matéria. Questionava, naturalmente, era todos os elementos que teremos de entregar e porque é que ainda não o tínhamos feito. Porque como o senhor havia dito, esperava que, de facto, se janeiro ou fevereiro, os terrenos estivessem na posse da Freguesia, estaríamos todos contentes com isso. Não havia dúvida nenhuma. No entanto, o que questionava, o que ele gostaria muito era que quando os terrenos viessem para posse da Freguesia, efetivamente já se tivessem todos os elementos para abrir o procedimento e não tínhamos. Porque de facto, ainda não se tinha a aprovação dos projetos de especialidades, de acordo com a informação de que dispunha. Referiu que se tomasse atenção pois não estava ali a afirmar, mas gostaria de ver aquilo esclarecido. Ora, perante aquele desfasamento temporal e como o Sr. Presidente havia dito e bem, não se podia saber o que iria acontecer em 2023; os analistas, alguns até profetas de alguma desgraça, mas percecionava-se que de facto, o agravamento que todos temos sentido a nível dos preços da construção nomeadamente ao nível do preço do aço, que iria continuar. Tinha havido ali algumas oscilações e aquele ano tinha sido um ano onde os aumentos se tinham cifrado em valores superiores aos 40%, o que queria dizer que não se iria ter, naturalmente da parte do governo, mais transferências de verbas para a Junta de Freguesia. E que o seu receio era que com o passar do tempo, se iria chegar a um ponto em que de facto a obra começava a ser muito difícil de fazer. Disse também que o senhor Presidente da Junta iria fazer porque era um anseio de todos, mas naturalmente não fazia milagres, portanto, iria ter de cortar outras atividades que eram interessantes e que poderia não haver possibilidades para tal. Portanto, a questão era essa. Que percebia que os terrenos não estavam na posse dele, mas gostaria que essa questão fosse mesmo a única que estivesse a obstar no início do ano ao lançamento do procedimento e que não



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

houvesse nada da parte da Freguesia pelo que o senhor irá esclarecer a todos, se realmente, se naquela fase eram só aqueles elementos, de contratos, de comodatos, enfim, não interessando saber mais do que aquilo que o senhor já havia dito. Já tinha percebido isso, mas queria pelo menos perceber claramente, se da parte da Junta de Freguesia, não faltavam elementos nenhuns, para além daquela questão como é evidente, para lançar o procedimento. E terminou a sua intervenção. -----

A Presidente da Mesa da AF, Judite Bartolomeu, agradeceu ao membro Rui Morais e passou a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia para esclarecimentos. -----

O Presidente da JF, Simão Vela, agradeceu e esclareceu que de facto não havia nada a esconder apesar de às vezes já ter acontecido noutra Assembleia, de ter ficado um bocadinho surpreendido era de como é que alguns elementos daquela Assembleia tinham acesso a algumas informações que tendencialmente circulavam em ambientes restritos ou tendencialmente sigilosos. E que já era a segunda vez e que o preocupava sobremaneira, mas independentemente disso e como efetivamente não tinha nada a esconder e não tinha falado precisamente nisso, faltava a emissão de relatório. Um que até tinha escrito que era um parecer não vinculativo e que esse parecer não vinculativo deveria ser emitido pela Câmara Municipal, segundo a informação que lhe haviam dado. Mas efetivamente era um parecer não vinculativo e que, portanto, não sendo vinculativo, não obstaculizava em nada a realização do procedimento por parte da Junta de Freguesia. Aliás, até sabia que aquele parecer não vinculativo havia sido pedido à Junta e que não iria dizer mais nada para além do que já havia dito. Só dizia que havia sido pedido à Junta o parecer não vinculativo para obras de ampliação do cemitério. A verdade era que os projetos e o acompanhamento, aliás, o projeto de arquitetura tinha sido feito pela Câmara Municipal e os projetos de especialidades foram apresentados numa reunião que aconteceu com a chefe de divisão e até com a arquiteta e tinham sido todos apresentados e tendo ficado de ser renovados os termos de responsabilidade para dar entrada na Câmara Municipal. Porque efetivamente aquilo que tinha sido enviado na altura, até enviado por ele, Simão Vela, os termos já tinham de facto, visto a sua data terminada mas, e voltava a dizer, para a emissão de um parecer não vinculativo. Assim, não lhe era possível dizer, efetivamente, que naquela data estivesse a faltar alguma coisa da parte da Freguesia para avançar com o procedimento,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

respondendo à pergunta. Portanto, perante a pergunta se faltava alguma coisa da parte da Freguesia para avançar com o procedimento e como já dissera ser um parecer não vinculativo, não estava vinculado a nada. Portanto, faltavam entregar aqueles termos de responsabilidade com as datas atualizadas para a emissão do tal parecer não vinculativo. Portanto, não conseguia dizer que era por não ter esse parecer não vinculativo que as obras não avançarão quando os terrenos forem nossos, porque efetivamente é um parecer não vinculativo. Portanto parecer não vinculativo, ao que é que irá vincular e em que é que irá atrasar. Não lhe parecia que efetivamente atrasasse e efetivamente sabia que tinha havido muitas outras ampliações de cemitérios que nunca careceram desse tal documento e que por isso, não conseguia responder afirmativamente a dizer, que estaria em falta por parte da Junta de Freguesia que impossibilitassem o procedimento. Não lhe conseguia responder afirmativamente àquilo. O que lhe conseguia dizer era que efetivamente tinham sido enviados o conjunto de documentação que havia sido solicitado, já não sabendo dizer a data, mas as datas tinham sido ali ditas, portanto, era porque as sabiam. E o que estava efetivamente em falta, era a renovação dos termos de responsabilidade que já tinham terminada a data e que a engenheira a quem entregámos o projeto tinha ficado, de enviar e que efetivamente, até àquela data, ainda não tinha enviado, mas que não comprometiam a execução das obras de alargamento do cemitério. Portanto, a sua resposta, efetivamente, tinha que ser na linha de dizer que aquilo não atrasará o procedimento e não era aquilo que estava, naquele momento, a obstaculizar a obra e nem era isso que devia preocupar a Assembleia, porque repetindo, era uma questão de datas dos termos de responsabilidade e era uma questão de um parecer não vinculativo que tinha de ser emitido pela Câmara Municipal, segundo as informações dessa mesma Câmara e que todos iremos respeitar e nem iremos colocar em causa. A preocupação maior é que os terrenos passem para a propriedade da Freguesia sendo que só a partir desse momento é que iremos conseguir avançar com o procedimento concursal que tem de ser levado a cabo, face ao tipo de valor que estavam a falar para aquela empreitada, e que naturalmente, a partir daí, aquilo que existirá será obra a ser realizada e neste caso o suprir uma necessidade que todos temos efetivamente e que é o alargamento do cemitério de Vila Verde.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

A Presidente da AF, Judite Bartolomeu, agradeceu mais uma vez o Sr. Presidente da Junta e questionou se mais algum membro da Assembleia pretendia intervir a cerca daquele ponto. De seguida, passou a palavra à membro da Assembleia Cristina Silva. -----

A membro da Assembleia Cristina Silva apenas questionou, pois gostava de saber, se a informação que o colega Rui Morais tinha em seu poder podia também, por direito, ser partilhada por todos os elementos da Assembleia. -----

A Presidente da Mesa da AF, Judite Bartolomeu, agradeceu à membro Cristina Silva e passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, caso pretendesse usar da palavra. -----

O Sr. Presidente da Junta tomou a palavra e disse que a pergunta não deveria ter sido colocada a ele, porque efetivamente, não haviam disponibilizado nenhuma informação ao senhor Rui Morais sobre este assunto e que se ele a tivesse e se a senhora Presidente assim o entendesse dar-lhe uso da palavra para poder esclarecer. Mas era a sua livre vontade e a sua decisão. Agradeceu terminando a intervenção. -----

A Presidente da Mesa da AF, Judite Bartolomeu, colocou a questão ao membro da Assembleia Rui Morais, se queria fazer alguma apreciação. -----

O Sr. Membro da Assembleia Rui Morais tomou a palavra e disse não ter qualquer problema em falar sobre o assunto e que, naturalmente, iria responder. A questão era que os projetos de especialidades não estavam ainda concluídos. Se estavam entregues ou não entregues como devia, isso tinha sido a informação que lhe haviam transmitido. E o senhor Presidente tinha acabado de dizer que, em certa medida, isso acabava por ser verdade, porque na sua ótica ou estava ou não estava. Não estava 90% feito ou estava 99% feito; faltava um termo, ou estava ou não estava e era naturalmente baseado nisso. Até porque, tinha visto que aqui andava um pingue-pongue que não lhe agradava e já tinha tido umas conversas com ela, até a título privado, sobre aquelas questões. E ele gostava de perceber o que é que estava a acontecer e gostava de saber que as coisas não andam e onde é que estão os entraves. Era por isso que ali estava. Não estava ali para jogar pingue-pongue, nem politiquices. Não era essa a sua forma de estar, e podia estar noutra local àquela hora e naturalmente se estava ali era por ter empenho no que estava a fazer. E o que ele gostava de perceber era porque é que as coisas não andavam e naturalmente, era evidente



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

que questionava pessoas da Câmara Municipal nesse sentido, sim. Questionava porque é que aquilo não andava. Questionando diretamente a deputada Cristina perguntou-lhe que se tivesse lá um processo de obras particulares não iria querer saber se o processo já tinha sido, ou não, aprovado e, se fosse caso disso, quais os entraves. Com aquelas observações pedia que não vissem como uma tentativa de arranjar alguma forma de criar quizilas entre as pessoas. Pelo contrário, ele queria perceber quando é que se iria ter obra e queria perceber quem é que estava a obstar para que as coisas não andassem para a frente. E não estava a dizer com aquilo que a culpa era do senhor Presidente da Junta, e também não estava a dizer que a culpa era do senhor Presidente da Câmara. Ele não estava nas negociações e ali só estava a ver passar a banda quando vinha aquela casa que era quatro, cinco ou seis vezes por ano, que era quando o chamavam para lá. E vinha sempre todo apto, todo convicto do propósito de estar ali para levar a efeito um equipamento que é importante para todos e que o senhor Presidente tem vindo a dizer reiteradamente que as coisas não andam porque falta isto ou falta aquilo. Ele não estava ali a dizer que não era verdade o que o senhor Presidente estava a dizer, até porque o senhor Presidente já havia dito há muito tempo que tinha sido contratado o projeto, que estava naquela situação assim, assim. Ele, naturalmente, se passava pelas pessoas, se ele estava vinculado a título pessoal à Câmara de Oliveira do Bairro, pese embora estivesse agora como diretor de serviços noutro local, ele não se desligara das pessoas. Ele passava pelas pessoas e perguntava pela situação do processo. E era essa a informação que lhe transmitiam. Referiu que há poucos dias, podendo ser semanas, a informação foi solicitada ao senhor Presidente da Junta que aditasse mais elementos, não disseram se era o elemento A, B ou C. Mais adiantou ao senhor Presidente e à Deputada Cristina que ele não estava ali a perguntar como é que o processo da sua hipotética obra estava na Câmara Municipal ou de outra pessoa qualquer. Ele ia perguntar algo que naturalmente lhe interessava porque era um projeto da sua Junta de Freguesia, de uma entidade onde ele, naquele momento estava a integrar uma Assembleia e queria perceber porque é que as coisas não andavam. A informação era tão simples quanto aquilo. Ele não andava lá a perguntar os assuntos da vida privada de ninguém e tentava dar conta da sua, às vezes com dificuldade. Assuntos que tinham a ver com a Junta de Freguesia, sim. E acrescentou que, se calhar, o senhor



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Presidente também com grandes conhecimentos que tinha lá dentro da Câmara, se passasse pelas pessoas nas ruas, também lhes poderia perguntar a situação do processo e, naturalmente, teria a mesma resposta. Referiu que ele não tinha canais privilegiados; que conhecia as pessoas, dava-se bem com toda a gente e, portanto, era só mesmo por aí que vinha a informação e a informação que lhe havia dado tinha sido a de que, da vossa parte, sim porque vestia a camisola da equipa da Junta de Freguesia, e repetindo, da parte da Junta de Freguesia havia elementos em falta com vista à aprovação do projeto. Essa questão como o senhor Presidente falou, já lhe tinha dito até num dia, num final de Assembleia de Freguesia, lhe havia falado no tal parecer não vinculativo. Naturalmente também achei algo caricato porque, e não o estou criticando a si, conhecia outras realidades e nunca tinha ouvido isso para este tipo de equipamentos. Tinham sido outros casos. Estavam ali a tratar daquele caso e isso é que era importante. Disse por fim julgar ter respondido à questão, e que não iria ali dizer se tinha sido a Maria ou o José que lhe tinham dado a informação; tinha sido uma informação que tinha pedido acerca de um processo onde ele se considerava interessado, mais do que interessado, considerava-se envolvido. Tinha sido eleito e, portanto, era um projeto que o senhor Presidente tinha no seu plano, no seu manifesto, exatamente, pedia desculpas pois ainda era verde naquelas matérias, mas que também tinham o seu manifesto. Era um projeto de todos. Era um projeto que todos queriam e, portanto, como todos queriam, ele não queria que faltassem da parte da Junta, elementos. Que faltasse da parte de outros, mas da Junta de Freguesia não.

A Presidente da Mesa AF, Judite Bartolomeu, agradeceu ao Sr. Deputado Rui Moraes. -----
Não havendo mais intervenções, foram consideradas reunidas as condições para se proceder a votação do ponto 5.3.: Analise e Deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Quadro de Pessoal para 2023. Questionou a Assembleia quem votava contra, quem se abstinha e quem votava a favor. O ponto 5.3 tinha sido aprovado por maioria com três (3) abstenções da bancada do CDS e, os restantes nove (9) do PSD a favor. Foi dado por concluído aquele ponto. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Referiu então que se iria passar ao Ponto 5.4 e que ela iria ausentar-se por motivos de incompatibilidade, de participar na apreciação e da respetiva votação daquele ponto. Passaria a condução dos trabalhos à Primeira Secretária e no final do ponto, iria prosseguir com a Assembleia. -----

Primeira Secretária, Carla Milena V. Santos. -----

A Primeira Secretária tomou a palavra dizendo que se iriam prosseguir os trabalhos com a Apresentação do Ponto 5.4: Analise e Deliberação sobre a Alteração da Tabela Geral de Taxas da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro. De imediato passou a palavra ao senhor Presidente da JF. -----

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia iniciou a sua intervenção começando por referir a existência de uma gralha no ponto que efetivamente é o 5.4 e não o 5.3. conforme estava escrito nos documentos que haviam sido distribuídos. Para além daquela gralha havia outro erro relacionado com um termo que, no fundo, caracteriza melhor aquilo que se pretendia ver ali analisado e deliberado e, portanto, onde se lia aquisição deveria ser concessão. Eram termos completamente diferentes e, portanto, era aquilo que se pretendia ali analisar e deliberar. Assim, aquele ponto vinha à Assembleia de Freguesia por proposta do executivo e na sequência da última Assembleia cujo contrato de promessa e doação tinha sido assinado naquele intervalo de tempo e que tinha ali para que qualquer um dos membros pudesse ou quisesse consultar e ver de uma forma clara e transparente. Nesse contrato ficou espelhado aquilo que na altura tinha sido falado e que acabou por se provar que no final tinha sido quase uma mera, confusão de cores, por que efetivamente nos documentos não se conseguia percecionar as diferentes cores que o papel tinha o que daria uma percepção diferente da realidade. Disse também que no documento tinha ficado algo que ele não se tinha comprometido com os elementos da Assembleia, mas que efetivamente tinha conseguido e que foi totalmente expresso e que a Junta de Freguesia tinha capacidade para poder utilizar, usufruir e beneficiar do espaço e que a contrapartida para aquele caso era a cedência de espaços que estavam definidos como C3 e C4, portanto, duas parcelas para a concessão e a construção de jazigos. Portanto, quem quisesse consultar estava disponível. A partir momento em que o contrato tinha sido assinado, a Junta tinha a capacidade para poder incluir na tabela geral de taxas, cujo



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

fundamentação e cujo regulamento já previa tal, mas que não estava presente na tabela, porque efetivamente não tínhamos terreno para conceder a construção de jazigos no cemitério de Vila Verde. Perante aquele facto, tinha-se decido então propor aquele valor e aquele custo para a concessão de terrenos para a construção de jazigos no cemitério de Vila Verde, parcelas com 12m quadrados, conforme ali se dizia que, efetivamente estava na sequência do que já tinha sido aprovado, quer no regulamento, quer na fundamentação económica ou financeira, que já tinha sido aprovado por todos e que lhes permite efetivamente, de forma direta, propor à Assembleia aquela alteração da tabela com inclusão da rubrica com um valor que o executivo tinha entendido aplicar de quatro mil (4000) Euros. Esta análise tinha sido feita tendo em linha de conta aquilo que se passava quer em Oliveira do Bairro, quer também na vizinhança, quer Freguesias do Concelho, quer Freguesias de limítrofes e tinha-se entendido que, depois de se auscultar um conjunto de pessoas, era o valor que se adequava face a uma limitação que tínhamos, porque no que dizia respeito ao número de parcelas de terreno que tínhamos disponíveis para a concessão de jazigos, portanto, estávamos a falar de cinco (5) parcelas o que não era um número muito elevado. Assim, pareceu-nos que o valor de 4000 Euros era um valor equilibrado. Portanto, colocava a questão à análise da Assembleia e também se colocava à disposição para qualquer questão que pudesse existir sobre o mesmo tema. Agradeceu terminando a sua intervenção. -----

A Primeira Secretária, Carla Milena V. Santos agradeceu ao senhor Presidente da Junta, perguntando a seguir se havia a intenção de alguém intervir. Assim, passou a palavra ao Deputado Rui Morais. -----

O Sr. Deputado Rui Morais iniciou a sua intervenção agradecendo e dizendo que estavam ali para aprovar a tabela geral de taxas sobre a qual já se tinha falado. No entanto, questionava se aquilo não tinha de ser sujeito a discussão pública. Na anterior Assembleia, E pedindo desculpa por porventura não estar a proferir os termos corretos, mas o que tinha percebido era que o que tinha estado em discussão pública tinha sido a fundamentação económica ou financeira, portanto o estudo que acompanha a tabela de taxas, o regulamento, essas coisas todas. Assim, já tinha estado em discussão o regulamento e o regulamento da tabela de taxas. Era essa a questão que ele gostava de perceber. Por que



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

tinha pesquisado na net (internet) e não tinha encontrado, o que não queria dizer que não estava. O que estava a questionar o que de facto tinha ido a discussão pública, se o estudo económico ou financeiro, o se aquilo que até tinha outro nome O que queria perceber era que não podíamos aprovar um regulamento e tabela de taxas sem estar em discussão pública pelo que era isso que queria perceber, se tinha estado ou não em discussão pública. Terminou agradecendo.

A Primeira Secretária, Carla Milena V. Santos, agradeceu ao Deputado Rui Moraes, dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

O Presidente da Junta, Simão Vela, tomou a palavra dizendo que efetivamente não se tinha podido aprovar se não tivesse estado em discussão pública, nem se poderia ter aprovado como já o tinha sido na Assembleia anterior onde foram aprovados o regulamento e a fundamentação económica ou financeira. Portanto, isto era uma sequência da aprovação que já tinha sido feita e de todos os passos que tinham sido dados na altura para a aprovação do regulamento, o qual foi analisado e aprovado na Assembleia e da fundamentação económica e financeira, que também tinha sido analisada e aprovada naquela Assembleia. Portanto, isso tinha sido tudo feito naquele momento. Portanto, não havia dúvida nenhuma sobre aquele aspeto e aquilo que ali se trazia era algo que efetivamente iria constar que se pretendesse incluir na tabela, mas que só não estava ainda na tabela de taxas, porque efetivamente não havia nenhum jazigo. Mas a fundamentação e o regulamento já tinham sido aprovados e discutidos e passado por todos aqueles pressupostos anteriormente. Porque senão, também não tinham sido aqui aprovados, nem discutidos e que tal tinha acontecido, provavelmente, na primeira ou na segunda Assembleia onde se discutiu o orçamento. Não se recordava de qual tinha sido a posição na altura do CDS mas que todos tinham votado. Portanto, isso tinha sido uma questão que havia sido colocada e que, sabendo que os documentos já tinham sido aprovados e que até se estava a cumprir o próprio regulamento e a própria fundamentação económica ou financeira, pois o documento permitia um valor superior aos quatro mil (4000) Euros e o regulamento, no seu artigo nono, no ponto quatro permite que se possam propor estas alterações à tabela geral. Portanto, sobre a validade dos documentos não tinha quaisquer dúvidas e o que se estava ali a deliberar era se, no fundo,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

se concordava ou não com a atribuição daquele valor para a concessão de terrenos para a construção de jazigos no cemitério de Vila Verde. E era só aquilo. -----

A Primeira Secretária, Carla Milena V. Santos, passou a palavra ao Deputado Rui Moraes. -- O Deputado Rui Moraes solicitou ao Senhor presidente que informasse quando é que tinha estado em discussão pública o regulamento e a tabela de taxas porque a informação a que tinha tido acesso, era que de facto tinha havido discussão pública em sede do estudo económico. E era o que naquela altura percebia. A burocracia tinha de se cumprir sob pena de nulidade dos regulamentos e também sob pena de se poder deliberar incorretamente, o que aliás nunca o fizemos. Portanto, o estudo económico tinha estado em discussão pública, o que era um facto. O regulamento e tabela de taxas não tinham estado em discussão pública, pelo menos era o que lhe parecia. Nesse sentido, pediu então ao senhor Presidente que o esclarecesse sobre quando é que tinha estado em discussão pública o regulamento e a tabela de taxas. Não o estudo económico, mas o regulamento e a tabela de taxas. -----

A Primeira Secretária, Carla Milena V. Santos agradeceu ao Deputado Rui Moraes e, de imediato, passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

O Presidente da Junta, Simão Vela, tomou a palavra para esclarecer o que, efetivamente, não conseguia naquela altura dizer qual tinha sido o dia. De seguida reiterou o que já havia dito relativamente a já se ter deliberado sobre aquele ponto e que já o haviam votado e que as questões de nulidade dos documentos eram questões que não se colocavam naquele momento. Referiu ter alguma dificuldade, naquela altura e provavelmente nem dispunha de tempo para, rapidamente, encontrar a data. Achava que era uma não questão sabendo que efetivamente já tinha sido aprovado e discutido. Questionou, de seguida, porque é que essa discussão e aquela pergunta não tinha surgido aquando da aprovação das taxas, a fundamentação e o regulamento. Tudo tinha sido ali analisado e discutido E, inclusivamente, o Sr. Deputado tinha tido intervenções; esteve presente, votou, não se retirou e ou votou contra ou a favor ou se absteve. Por conseguinte não estava a perceber a questão de se estar naquele momento a tentar levantar novamente celeumas sobre aquele assunto, porque efetivamente achava que ele era muito simples. Na altura, haviam sido discutidos ali todos os passos e todas as situações que aqueles elementos



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

precisariam para serem analisados e votados. O documento tinha sido aprovado e hoje simplesmente se estava a votar uma alteração, somente isso. -----

A Primeira Secretaria, Carla Milena V. Santos convidou, novamente, o Sr. Rui Moraes a intervir. -----

O Sr. Deputado Rui Moraes tomou a palavra e, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Junta disse não estar ali para levantar celeumas. Tinha até uma posição muito confortável. A bancada a que pertencia votava contra, apresentavam uma declaração de voto e, naquele momento, os senhores aprovavam e, caso desse confusão, o problema não era dele. No entanto, não era essa a sua postura porque não estava ali para criar problemas a ninguém. Estava ali para trabalhar com todos, em conjunto, para o mesmo fim. Tinha esse propósito. Disse ainda que o Sr. Presidente tinha acabado de colocar uma questão que de facto era pertinente e que se prendia com o facto de não ter levantado essa questão na última Assembleia. Tal se tinha devido a pura ignorância, porque ele não sabia ao certo e assumia que não sabia. Mas, a partir do momento que passava a saber, tinha a obrigação de questionar as pessoas. Já várias vezes tinha dito naquele local que eram matérias novas com as quais nunca tinha lidado, matérias do foro do direito administrativo, do código do procedimento administrativo, que ele não estava à vontade e nas quais se vinha integrando e, por força de estar envolvido num regulamento e, apesar de achar aquelas coisas mais chinesices umas, burocracias, tinham de acontecer. A questão era aquela e se realmente não tinha estado em discussão pública o regulamento e a tabela de taxas não eram aplicáveis. Adicionalmente havia outra coisa que reputava de mais grave pois que, não sendo aplicável, os serviços que ali são elencados para serem prestados têm que ser na mesma prestados. Portanto, poder-se-á chegar em última instância a uma situação em que o serviço seja prestado e não seja cobrada coisa nenhuma. Portanto, essa era a questão. Mais uma vez frisou que não estava ali com celeumas e que as pessoas tinham de perceber de uma vez por todas que ele eu não vinha ali para celeumas. Estava ali para trabalhar bem e no sentido do desenvolvimento da Freguesia. Ele não estava ali para encravar o Sr. Presidente ou entravar os seus projetos como já se tinha percebido isso dele. Ele queria perceber claramente quando é que aquilo tinha estado em discussão pública porque não tinha encontrado nada na internet E que ele não se considerava propriamente uma pessoa



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

verde nas matérias de internet; outrossim nas matérias de CPA's, de todos esses projetos regulamentares e que naquela altura tinha percebi que se o regulamento e a tabela de taxas não tinham estado em discussão pública não eram eficazes. Portanto, o senhor não tinha naquele momento condição de lhe dizer quando é que tinha estado em discussão pública. Na informação do ponto 5.4 nada se refere para além da apenas meia dúzia de linhas que mais nada dizem do que aquilo que é evidente. Efetivamente tinha estado na última Assembleia e pensava que até tinham votado a favor em relação àquela matéria, como tinham votado a favor em muitas outras matérias que reconheciam serem também seus objetivos. Assim, só falava daquele caso em concreto apesar de poder ter uma posição muito mais cómoda, como tinha sido a sua posição há um ano e de ter votado contra o orçamento e simplesmente apresentar uma declaração de voto. Não era a sua forma de estar ali. Era assim que pensava, era assim que via as coisas e olhava para aquelas treze pessoas e não estava ali a ver cores nenhuma, apenas eram treze pessoas da Assembleia nas quais ele se incluía. -----

A Primeira Secretaria, Carla Milena V. Santos perguntou ao senhor Presidente da Junta se gostaria de intervir neste ponto, em resposta. -----

O Sr. Presidente, Simão Vela, agradeceu e interveio dizendo a data de cinco do sete de dois mil e vinte um (05/07/2021), dizendo também que o senhor Engenheiro Rui Morais, o senhor Deputado, poderia votar como entendesse. Agradeceu e mais não disse. -----

A Primeira Secretária, Carla Milena V. Santos, questionou se mais alguém gostaria de intervir. -----

O Sr. Presidente da Junta mais uma vez repetiu a data de cinco do sete de dois mil e vinte um (05/07/2021), dizendo novamente que o Engenheiro podia votar como entendesse. ----

A Primeira Secretária, Carla Milena V. Santos questionou se não tinha mais nada a dizer. ---

O Sr. Presidente da Junta referiu que o esclarecimento tinha sido dado e que era a data de cinco do sete de dois mil e vinte um (05/07/2021) e que o Sr. Engenheiro podia votar como entendesse e não tinha mais nada a dizer sobre o assunto. -----

A Primeira Secretária, Carla Milena V. Santos questionou se mais alguém queria intervir. ---

O Sr. Deputado Rui Moras tomou a palavra e disse não ter percebido apesar de ter ouvido a data mas não tinha percebi ao que é que se referia. Solicitou que o Sr. Presidente lhe



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

disse quando é que tinha sido publicado em Diário da República. Bastaria isso e acabava-se. A publicação em Diário da República foi na data tal e ele naturalmente acreditava na palavra do Presidente e ficava com essas informações que não estavam nos elementos que possuía. -----

A Primeira Secretária, Carla Milena V. Santos questionou o Sr. Presidente da Junta se pretendia responder, tendo lhe passado a palavra. -----

O Sr. Presidente da Junta referiu que apenas podia dar a informação que tinha disponível não podendo acrescentar mais nada. Portanto, agradecia que a Sra. Presidente em exercício de funções desse os passos que entendesse. Agradeceu, terminando. -----

A Primeira Secretária, Carla Milena V. Santos deu continuidade aos trabalhos. -----

Assim, passava então à votação do ponto Análise e Deliberação Sobre a Tabela de Taxas da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro. Questionou quem votava contra, quem votava a favor E quem se abstinha. Fimda a votação o ponto tinha sido aprovado por maioria. -----

De imediato chamou a Presidente da Assembleia para ocupar novamente o seu lugar dado haver terminado aquele ponto. -----

A Presidente da Mesa da AF, Judite Bartolomeu retornou ao seu lugar. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra e disse que, como não existia mais nenhum ponto na convocatória questionava os membros da Assembleia de Freguesia se concordavam que a ata fosse aprovada por minuta, de forma que as deliberações pudessem surtir efeitos imediatos. Assim perguntou quem votava contra e quem se abstinha. Como conclusão, a ata por minuta tinha sido aprovada por unanimidade. Portanto, não havendo mais assuntos a tratar, deu como encerrada a sessão agradecendo a todos pela forma como tinham decorrido os trabalhos, com elevação e, acima de tudo, procurando o melhor para a Freguesia de Oliveira do Bairro. Por último, desejou votos de um feliz ano novo e de boas entradas no ano de 2023. Agradeceu terminando. -----

Como última questão, referiu que todos os membros da Assembleia que ainda não tinham o livro que tinha sido lançado, se dirigissem à colaboradora da Junta pois ela o iria entregar. Mais uma vez agradeceu a todos. -----

Informou assim que a deliberação da presente Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia tinha sido aprovada em minuta. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

A Presidente da Assembleia de Freguesia

(Judite Marlene Medeiros Bartolomeu)

1^a Secretária

(Carla Milena Vicente Santos)

2.º Secretário

(Jorge Adriano Fonseca dos Anjos)